

Palestra

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REGIÃO NORTE: DIRETRIZES ATUAIS E PROBLEMATIZAÇÕES

Adriana Vilhena Monteiro¹

Daniele Xavier Ferreira Giordano ²

Resumo: O presente artigo faz parte da pesquisa intitulada “Formação de Professores no Brasil, sob a coordenação do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação”, pertencente à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, *campus* Sorocaba, a partir de um estudo do tipo Estado do Conhecimento. Foram analisadas dissertações, artigos e produções acadêmicas localizadas nas plataformas BDTD, Periódicos Capes e SCIELO, publicados no período de 2020 a 2025, resultando em apenas oito trabalhos, número reduzido frente às 212 Instituições de Ensino Superior existentes na região. Os achados revelam fragilidades persistentes: ingresso ainda possível com formação em nível médio, ausência de cargos específicos para Educação Especial, desafios na formação de professores indígenas e insuficiências na preparação para a inclusão escolar. Conclui-se que a formação docente na Região Norte permanece atravessada por desigualdades estruturais e pelo distanciamento entre legislação e prática, exigindo políticas contextualizadas e equitativas.

Palavras-chave: Formação de professores. Políticas educacionais. Região Norte. Valorização docente.

Introdução

A formação de professores é um tema de amplo destaque na educação brasileira por constituir-se como um dos eixos fundamentais para a promoção da qualidade do ensino e na efetivação do direito à educação. A atuação docente é elemento estrutural do processo de ensino-aprendizagem e na medida em que desempenha o seu papel de mediador do conhecimento e de agente de transformação social, impacta diretamente nos resultados educacionais e no desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, a solidez de sua preparação inicial e continuada são condições indispensáveis para o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com as demandas contemporâneas da sociedade.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas. Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue. Membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq. Técnica em Assuntos Educacionais – TAE na Universidade Federal do Acre – UFAC. E-mail: adriana.vilhena@ufac.br

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharel em Direito e Licenciada em Pedagogia. Membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq. E-mail: dani.xfg@gmail.com

Do ponto de vista legal e político, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação 2014 estabelecem a valorização da carreira docente e a qualificação profissional como pilares para o avanço do sistema educacional. E a partir do ponto de vista histórico e social, a relevância da formação docente decorre das profundas desigualdades que marcam a educação brasileira, especialmente no que se refere às disparidades regionais e às condições de acesso e permanência dos estudantes na escola.

O presente artigo faz parte da pesquisa intitulada “Formação de Professores no Brasil” que pretende investigar a formação de professores nas cinco regiões do nosso país, compreendendo como os caminhos têm sido encontrados para a formação docente nas regiões. A pesquisa está sob a coordenação do grupo GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, pertencente à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, campus Sorocaba. A proposta do referido artigo é encaminhá-lo para apresentação no VI Colóquios de Políticas e Gestão da Educação, que tem como propósito, nesta 6ª edição, promover o debate e a divulgação de pesquisas recentes sobre a formação docente, contemplando diferentes modalidades e perspectivas em âmbito nacional. O evento objetiva, ainda, fomentar articulações entre reflexões teóricas e práticas pedagógicas que possam contribuir de maneira efetiva para o fortalecimento e a melhoria das políticas educacionais no país.

O artigo parte do seguinte problema: *qual é o atual cenário das políticas de formação de professores na Região Norte do Brasil?*

Na tentativa de responder à problemática acima, definiu-se como objetivo geral investigar a existência de políticas de formação de professores na Região Norte do Brasil dentro do recorte temporal de 2020 a 2025 e como objetivos específicos:

- a) Buscar trabalhos científicos sobre a temática;
- b) Identificar os Estados que possuem políticas de formação de professores;
- c) Problematizar os aspectos centrais das políticas localizadas.

A princípio, evidencia-se que a formação de professores é um tema de amplo destaque na educação brasileira por constituir-se como requisito essencial para a consolidação de políticas educacionais de qualidade, bem como para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. Desse modo, a formação dos professores precisa acompanhar as rápidas transformações sociais, tecnológicas e culturais que impõem ao professor a exigência de constante atualização, a fim de incorporar novas metodologias, linguagens digitais e

abordagens pedagógicas que contemplem a diversidade sociocultural dos estudantes. Assim, discutir a formação docente significa também refletir sobre a valorização da profissão, as condições de trabalho e as perspectivas de carreira, dimensões que impactam diretamente na permanência e na motivação dos profissionais da educação.

A metodologia da pesquisa seguiu um estudo bibliográfico a partir do estado do conhecimento sobre a existência de publicações acadêmicas-científicas sobre políticas de formação de professores na Região Norte do Brasil.

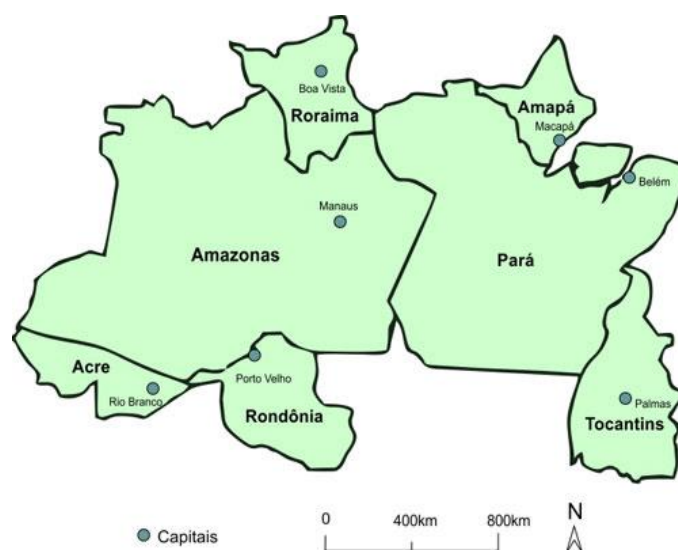
O estado do conhecimento foi a modalidade de pesquisa escolhida porque permite a análise de um corpus constituído por teses, dissertações, artigos científicos e obras acadêmicas, delimitado por recorte temporal e temático específicos. Desse modo, realizamos levantamento do que se conhece sobre políticas de formação de professores na Região Norte do Brasil com o propósito de construir um panorama do conhecimento produzido e oferecer subsídios teórico-metodológicos para investigações futuras de maior amplitude. Nosso recorte temporal foi o período compreendido entre 2020-2025, com vistas a identificar avanços alcançados, lacunas, tendências e perspectivas.

O artigo se estrutura da com cinco seções denominadas 1) “A Região Norte em números”, pois os dados em números nos fornecem evidências concretas para compreender realidades e avaliar resultados; 2) “A pesquisa do tipo Estado do Conhecimento – Políticas de Formação de Professores na Região Norte”, em que mostramos como o estado do conhecimento se mostrou com as nossas buscas nas plataformas; 3) “Identificando os Trabalhos”, onde trazemos as características mais relevantes deles; 4) “Formação de professores e a qualidade da educação, de acordo com os trabalhos selecionados e LDB, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996”, na qual buscamos ressaltar a necessidade da formação inicial e continuada dos professores; 5) As políticas de formação de professores da Região Norte - Problematizações; considerações finais e referências.

A Região Norte em números

A Região Norte é a maior entre as regiões do Brasil em extensão, com uma área aproximada de 3.849.554.98 km², correspondente a um pouco mais de 45 % do território nacional, porém, é a que possui a menor concentração populacional, com densidade demográfica de 4.51 hab./m².

É composta por sete estados, a saber, Acre (AC), com 22 municípios; Amazonas (AM), com 62 municípios; Amapá (AP), 16 municípios; Pará (PA), composto por 144 municípios; Rondônia (RO), com 52 municípios e Tocantins (TO), que é composto por 139 municípios (Fig. 1).

Figura 1: Mapa da Região Norte do Brasil

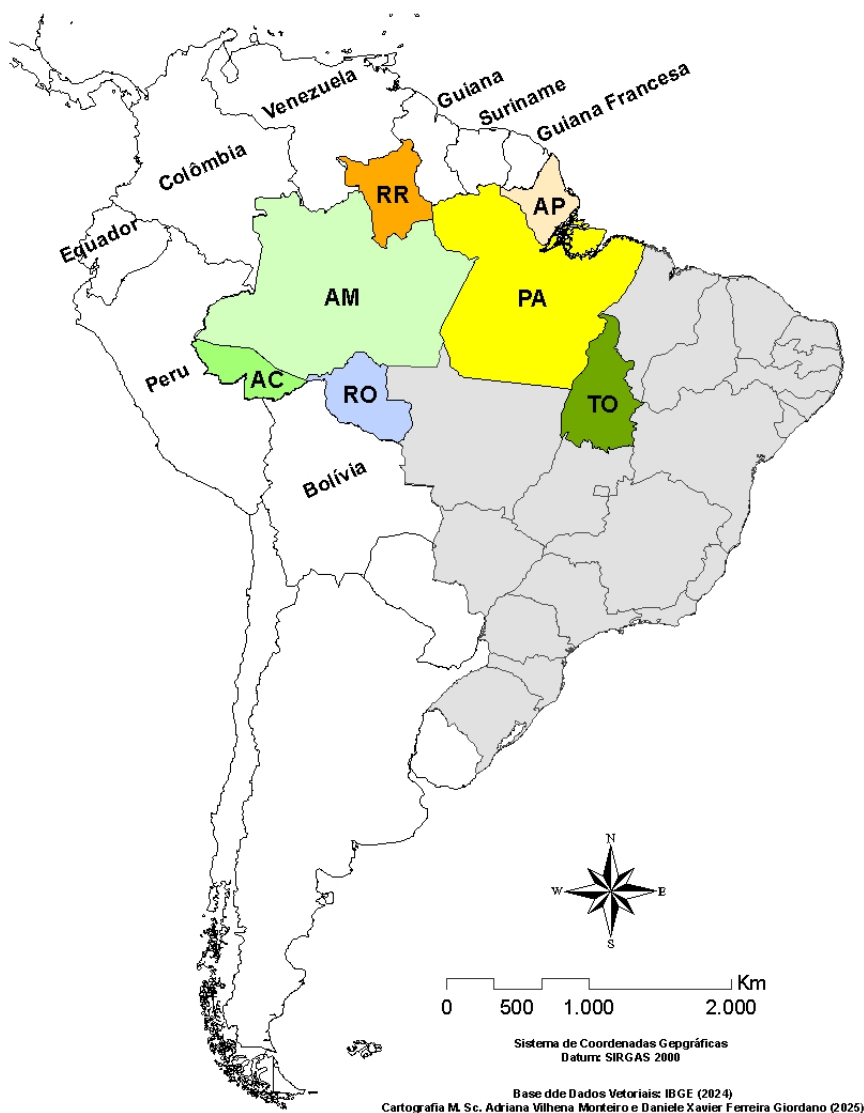
Fonte: Portal Embrapa (Versão 3.117.0) p03

De acordo com dados censitários do IBGE (2022), a Região Norte possui um índice populacional de 17.354.884 milhões de habitantes, que em relação aos Estados que a compõem estão assim divididos: Acre, 830.018 habitantes; Amazonas, 3.941.613 habitantes; Amapá, 733.759 habitantes; Pará, 8.120.131 habitantes; Roraima, 636.707 habitantes; Rondônia, 1.581.196 habitantes; Tocantins, 1.511.460 habitantes.

No tocante à identificação étnico-racial da população da Região Norte, e ainda de acordo com o Censo 2022, 20,7% são pessoas brancas, 8,8% são pardas, 3,1% são indígenas e 0,2% amarelas.

No contexto educacional, o nível de instrução da população dessa região está assim dividido: *sem instrução e fundamental completo* – 4.256.223 pessoas; *fundamental completo e médio incompleto* – 2.030.315 pessoas; *médio completo e superior incompleto* – 4.227.211 pessoas; e 1.525.166 possuem *superior completo*.

A Região Norte do Brasil (FIG.2) faz fronteira com sete países. São eles: Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Figura 2: Mapa da Região Norte do Brasil no contexto com a América do Sul

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

A pesquisa do tipo Estado do Conhecimento – Políticas de Formação de Professores na Região Norte

A presente pesquisa na conjuntura da comunidade acadêmica, pode ser realizada de diversas formas, porém, dentro do contexto dessa nossa pesquisa, escolhemos o tipo Estado do Conhecimento porque nos permite analisar o que tem sido produzido sobre a temática eleita e dentro do recorte estabelecido, que é de 2020 a 2025. E partimos da premissa de que é indispensável e relevante mapear e problematizar as discussões existentes na literatura científica sobre a formação de professores na região norte, a fim de desenvolver uma leitura

mais consistente desse contexto com o propósito de o compreendermos e sugerir possibilidades de avanço em dimensões que permanecem em aberto.

Morosini e Fernandes (2014) nos trazem o entendimento de que uma pesquisa de *estado do conhecimento* passa por etapas, com vistas a promover reflexão e síntese, que vão desde a identificação, passando pela sistematização até chegar à categorização da produção científica de determinada área e/ou temática, escolhendo um recorte temporal específico e podendo, para tanto, reunir nesse processo diversos tipos de trabalhos de produção científica

No entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.155)

As autoras nos mostram que é necessário trilhar um caminho com muita atenção para se chegar aos resultados pretendidos. Desse modo, elegemos 8 passos para chegarmos no nosso objetivo geral e nos específicos.

O **passo 1** foi a identificação de trabalhos científicos sobre a temática “políticas de formação de professores na Região Norte do Brasil” dentro do recorte temporal de 2020 a 2025. No **passo 2** foi definido o âmbito da pesquisa e elegemos a plataforma da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), o portal de Periódicos Capes e a plataforma Scientific Electronic Library Online (SCIELO). O **passo 3** caracterizou-se pela definição dos descritores de busca para equacionarmos a pesquisa: utilizamos “políticas de formação de professores na Região Norte” e “programas de formação de professores na Região Norte do Brasil”. Os critérios de inclusão se definiram como o **passo 4**, e enfocamos em teses e dissertações que se enquadraram no recorte temporal; que fossem todos os trabalhos voltados para a Região Norte do Brasil; que fossem escritos somente no idioma português. Como **passo 5**, adotamos os critérios de validade metodológica, usando os descritores e, os critérios de inclusão foram observados minuciosamente.

Após o filtro e tratamento dos dados a partir dos 5 passos adotados, originou-se a descrição de todo o percurso metodológico e a análise dos resultados, que foram descritos criticamente.

Destacamos que foram utilizados os três descritores (passo 3) com a finalidade de chegarmos a resultados mais específicos e concretos, e com recorte temporal definido de 2020 a 2025.

Quanto às plataformas de buscas eleitas para o âmbito da pesquisa, elas são altamente reconhecidas no contexto acadêmico-científico e contemplam trabalhos de elevado valor qualitativo. E, uma vez que são três plataformas diferentes, a busca se deu de forma diferente

em cada uma, contudo, os 5 passos elencados foram utilizados em todas. Para expor mais claramente o percurso das buscas, apresentamos o quadro a seguir.

Quadro 1: Resultados encontrados referentes à Região Norte

Plataformas	Descritores Exatos	Filtros	Resultados
BDTD	Parte 1	1) “políticas de formação de professores na região norte” – TODOS OS CAMPOS 2) “políticas de formação de professores na região norte do Brasil - ASSUNTO 3) Português 4) Dissertação 5) 2020-2025	2 dissertações
	Parte 2	1) “políticas de formação de professores na região norte” – TODOS OS CAMPOS 2) “políticas de formação de professores na região norte do Brasil - ASSUNTO 3) Português 4) Tese 5) 2020-2025	Nenhuma tese encontrada
Periódicos CAPES	Parte 1	políticas de formação de professores na região norte Escopo da busca: Busca tudo + E QUALQUER CAMPO + CONTÉM políticas de formação de professores na região norte do Brasil Tipo de material: todos os itens Período: 2020-2025 Produção nacional Idioma português	5 artigos
SCIELO	Parte 1	Políticas de formação de professores na região norte AND políticas de formação de professores na região norte do Brasil Coleções: Brasil Periódico: todos Idioma: português Ano de publicação: todos (só veio 2023)	1 artigo (que também que não o consideramos, pois também apareceu na BDTD)
Total			08 trabalhos

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

Identificando os trabalhos

Os dois trabalhos que resultaram da busca na BDTD são da categoria de dissertação de mestrado. Um deles tem a sua origem na Universidade Estadual do Ceará - UEC, instituição de um estado que não pertence à Região Norte do Brasil, contudo, o objeto da investigação é voltado para o estado do Amapá-AP, intitulado *A formação de professores indígenas no estado do Amapá: um estudo do Turé- Programa de Formação Inicial de Professores Indígenas da etnia Karipuna do município de Oiapoque*, do ano de 2022, que apresenta como

temática a “Formação de Professores Indígenas no Estado do Amapá. O objetivo geral foi avaliar as mudanças na prática pedagógica dos docentes indígenas (com atuação nos anos iniciais do ensino fundamental), a partir do Curso de Formação Inicial de Professores Indígenas (TURÉ) da região do Oiapoque. Os objetivos específicos foram verificar se o projeto pedagógico do Turé contempla os princípios da educação escolar indígena garantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes para a Formação de Professores Indígenas; averiguar se o projeto Turé foi construído com a participação de representantes indígenas das etnias Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Palikur e os Karipunas; e identificar na prática pedagógica dos professores as mudanças propostas pelo Programa Turé, que visam contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos, valorização da cultura e da identidade dos povos indígenas e, conseqüentemente, para a qualidade da educação escolar indígena. A metodologia foi a abordagem qualitativa e fundamentou-se em um estudo de caso, almejando compreender os saberes de uma realidade específica no contexto particular.

A segunda dissertação origina-se na Universidade Federal de Tocantins - UFTO, campus de Palmas e o seu título é *Campo científico, formação de professores e práticas avaliativas: um estudo da/para Região Norte do Brasil*, e é de 2023. O seu objetivo é compreender de que forma a avaliação tem se configurado nos cursos de formação de professores de educação física na Região Norte do Brasil e delineou três capítulos com objetivos, metodologia, desenvolvimento e apontamentos finais próprios, que se articulam e se associam ao eixo principal da pesquisa, com caráter plurimetodológico, de natureza quantitativa e qualitativa. Uma revisão sistemática é o primeiro capítulo abarcando a natureza da produção científica sobre a avaliação na formação inicial em educação física, particularmente na região Norte, no período de 2001-2021. Desse modo, apesar de o ano da defesa desta dissertação ter sido em 2023, não a consideramos para a nossa análise crítica em razão de que o período da investigação não contempla o recorte temporal que elegemos, a saber 2020-2025.

Os cinco artigos que resultaram da busca no Portal de Periódicos da Capes, nos apresentaram um panorama mais amplo para discussões. O artigo intitulado *Inclusão no Ensino Superior: Percepções de docentes de uma universidade pública da região norte do Brasil*, de 2021, analisou a percepção dos docentes de uma faculdade da Universidade Federal do Pará acerca da formação docente e prática pedagógica na perspectiva da Educação Inclusiva. 18 docentes foram entrevistados e a pesquisa teve caráter exploratório e descritivo com dados qualitativos e quantitativos.

Já o artigo *As interfaces da relação público-privada na Formação de Professores/as: A BNCC e o lugar das universidades na Região Norte do Brasil*, de 2022, teve como propósito investigar as conexões entre o setor público e o privado na condução de políticas voltadas à formação

de professores, com ênfase na implementação da BNCC na Região Norte do Brasil. O estudo, de caráter documental, fundamenta-se em Fairclough (2010) e nas bases do Materialismo Histórico-Dialético.

O artigo denominado *Política de Formação de Professores e Professoras no Brasil: o Programa Residência Pedagógica na Região Norte*, do ano de 2021, nos traz que a política de formação de professores/as no Brasil, foi instituída no âmbito social da lógica do modo de produção capitalista e vêm construindo alternativas de padronização. No contexto de formação para o trabalho, o estudo analisa a política de formação de professores/as no Brasil, mas com foco no Programa Residência Pedagógica (PRP) na Amazônia. Os pressupostos teórico-metodológicos se fundamentam no materialismo histórico-dialético, fazendo uso da análise documental e o tratamento dos dados se deu por meio da análise de conteúdo.

Já o artigo *Trabalho, carreira docente e Educação Especial: análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração dos estados da Região Norte do Brasil*, de 2022, tem como foco a análise da carreira docente, com ênfase nos professores da Educação Especial das redes estaduais de ensino da Região Norte do Brasil. Considera-se a carreira como dimensão essencial da valorização do magistério, devendo impulsionar a melhoria das condições de trabalho e de remuneração docente. Metodologicamente, uma pesquisa documental, fundamentada na análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos estados da região. Os resultados indicam que os professores da Educação Especial estão submetidos às mesmas exigências de formação que os demais docentes da Educação Básica. No que se refere às vantagens pecuniárias, verificou-se que dois estados da região, Amazonas (AM) e Tocantins (TO) não preveem gratificação específica para a atuação nessa modalidade, enquanto os demais contemplam benefícios adicionais nos respectivos PCCR.

De 2024, o artigo *“Mapeamento das pesquisas e dos programas de pós-graduação em Educação no Norte do Brasil”*, apesar de ter vindo na nossa busca no Portal de Periódicos da Capes a partir de descritores que envolviam a expressão “Região Norte do Brasil”, não atendeu o nosso objetivo, pois a temática não é voltada para políticas de formação de professores, o seu foco é apresentar um levantamento das pesquisas e dos programas de Mestrado em Educação na região Norte, com recorte entre 2017 e 2020. A investigação, de caráter exploratório e descritivo, resultou na criação do Mapa Gráfico Digital, disponibilizado pelo PPPGE/UFT, reunindo dados sobre linhas e temas de pesquisa.

Em nossas buscas na plataforma *Scielo*, o artigo localizado com os descritores já mencionados foi o *Trabalho, carreira docente e Educação Especial: análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração dos estados da Região Norte do Brasil*, de 2023, que

também apareceu nas buscas no Portal de Periódicos da Capes. Assim sendo, não há necessidade de mencionar novamente as suas características.

No âmbito da busca pelos trabalhos que trouxessem como enfoque as políticas de formação de professores na Região Norte, fizemos um levantamento da quantidade de IES e o Ensino Superior nos estados:

Quadro 1 – Instituições de Ensino Superior da Região Norte do Brasil

Estado	Privadas	Públicas Municipais	Públicas Estaduais	Públicas Federais	Total
ACRE	08	-	-	2	11
AMAZONAS	24	-	1	2	27
AMAPÁ	14	-	1	2	17
PARÁ	77	-	2	5	84
RONDÔNIA	31	-		2	33
RORAIMA	8	-	1	2	11
TOCANTINS	23	2	1	3	29

Fonte: e-MEC, 2025.

A partir dos dados do Quadro 2, podemos observar que a Região Norte possui **212** IES. No entanto, a quantidade de trabalhos científicos que encontramos nas plataformas de buscas, a partir dos descritores eleitos, foi muito baixa, e nem foram, por assim dizer, um de cada Estado da região.

Formação de professores e a qualidade da educação, de acordo com os trabalhos selecionados e LDB, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/1996, dedica atenção central à formação dos profissionais da educação, especialmente no exercício da docência na educação básica e superior. Os artigos 61 a 67 do Título VI organizam princípios, diretrizes e exigências que estruturam a qualificação docente, enfatizando a articulação entre formação inicial e continuada como pilares da qualidade educacional.

O **Artigo 61** destaca a indissociabilidade entre teoria e prática e a valorização da experiência profissional, reconhecendo a complexidade da ação pedagógica. O **Artigo 62** estabelece que a formação para a educação básica deve ocorrer em nível superior, por meio de licenciatura plena, admitindo-se, em caráter excepcional, a modalidade normal em nível médio para a educação infantil e anos iniciais. O Artigo 62-A, inserido pela Lei nº 13.415/2017, amplia as exigências ao prever formação específica para a docência na educação profissional técnica

de nível médio. O **Artigo 63** atribui aos Institutos Superiores de Educação a responsabilidade pela formação docente e pela articulação com os sistemas de ensino em atividades de extensão, pesquisa e aperfeiçoamento. Já os **Artigos 64 e 65** contemplam tanto docentes das disciplinas profissionalizantes do ensino médio quanto técnicos da educação, exigindo formação específica para cada função. O **Artigo 66** regulamenta a docência no ensino superior, vinculando-a à formação em nível de pós-graduação, preferencialmente em mestrado e doutorado. Por fim, o **Artigo 67** relaciona formação e valorização docente, ao prever ingresso por concurso público, planos de carreira, formação continuada, condições adequadas de trabalho e piso salarial, reconhecendo o professor como agente central do processo educativo.

Desse modo, podemos conferir que a LDB evidencia a preocupação do legislador em assegurar qualificação profissional, valorização da carreira e condições estruturais e pedagógicas adequadas, reafirmando a formação docente como eixo estratégico para a qualidade da educação brasileira.

Autores como Libâneo (2013) e Tardif (2002) enfatizam que a formação inicial de professores deve contemplar tanto a aquisição de conhecimentos teóricos sobre o ensino quanto a vivência prática em contextos reais de sala de aula. Essa perspectiva permite que os futuros educadores compreendam as dinâmicas sociais, culturais e cognitivas dos alunos, preparando-os para lidar com a diversidade presente nos ambientes escolares. Além disso, a experiência prévia e a valorização da prática docente, conforme defendido por Schön (1987), são elementos que enriquecem o processo formativo, proporcionando aos professores instrumentos para a tomada de decisões pedagógicas fundamentadas.

Outro aspecto relevante à formação de professores é a formação continuada, que se configura como estratégia indispensável para a atualização profissional. Freire (1996), nos leva a conferir que, diante das transformações de toda ordem, como as sociais, tecnológicas e culturais que ocorrem com intensa velocidade, os professores necessitam de oportunidades constantes de aprendizado e aperfeiçoamento, para que possam atender adequadamente às demandas emergentes da educação contemporânea.

A formação de professores não se limita ao domínio de conteúdos curriculares, mas envolve também a construção de valores éticos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, essenciais para o estabelecimento de relações saudáveis e produtivas com os alunos. A formação docente, portanto, deve ser compreendida como um processo dinâmico, contínuo e integrador, que articula conhecimento, experiência e reflexão crítica, constituindo-se como vetor central para a melhoria da qualidade educacional.

No tocante aos trabalhos selecionados nas plataformas anteriormente citadas, para Sfair, 2022, a formação de professores indígenas no Brasil tem se consolidado como um campo muito relevante, tanto no nível Médio Normal quanto no Ensino Superior, apresentando avanços significativos em diversos Estados. A partir do final da década de 1980 e, sobretudo, nos anos 1990, um conjunto de medidas legais passou a atribuir ao Estado a responsabilidade pela educação escolar indígena. Desde então, discute-se a importância de que os próprios indígenas assumam o protagonismo no processo de escolarização de suas comunidades. Nesse contexto, preparar indígenas para exercerem a docência em suas aldeias constitui um dos grandes desafios do sistema educacional brasileiro.

Segundo Sfair (2022), existem milhares de escolas em territórios indígenas que demandam uma proposta educacional diferenciada, fundamentada nos princípios da diferença, especificidade, bilinguismo e interculturalidade. Tal proposta somente poderá ser plenamente efetivada com a atuação direta de professores indígenas à frente do processo pedagógico. Os educadores indígenas manifestam grande interesse em transformar suas escolas em espaços de formação capazes de expressar a diversidade e a pluralidade de suas culturas. Contudo, a formação desses profissionais requer reflexões mais profundas, pois, ainda que apresente especificidades próprias, deve ser compreendida como parte do processo geral de formação docente, incorporando, ao mesmo tempo, os saberes e as raízes culturais indígenas.

No âmbito das políticas voltadas à formação de professores indígenas, Sfair (2022) destaca três aspectos centrais: (1) a necessidade de uma formação continuada que permita ao profissional indígena concluir sua escolarização até o nível superior; (2) a criação de instâncias administrativas que viabilizem a implementação de programas de educação indígena; e (3) a efetiva participação dos professores indígenas no processo educacional.

A autora enfatiza, ainda, que todas as ações destinadas às populações indígenas devem contar com sua anuência, reconhecendo e valorizando o potencial existente em suas comunidades. Essa valorização é essencial para garantir a preservação cultural e fomentar o respeito à diversidade. Assim, a efetivação das políticas educacionais voltadas para os povos indígenas depende do reconhecimento de que, em uma sociedade democrática, o direito à educação é universal e, nesse caso, deve contemplar, de modo específico, a educação escolar indígena. Por fim, a formação específica de professores indígenas configura-se não apenas como um direito assegurado pela legislação, mas também como um desejo coletivo das comunidades. A consolidação de uma educação diferenciada, intercultural e de qualidade só será possível quando os próprios indígenas assumirem a docência e conduzirem os processos educativos em suas aldeias.

Teixeira *et al* (2021), mostraram nos resultados da pesquisa que a maioria dos docentes não possui formação inicial, continuada ou capacitação específica para atuar com estudantes com deficiência no contexto da sala de aula regular. Apesar dessa lacuna formativa, a maioria dos participantes demonstrou motivação e disposição para aprimorar seus conhecimentos. Verificou-se ainda a necessidade de inclusão de disciplinas voltadas à Educação Inclusiva na formação inicial dos futuros professores, a fim de prepará-los adequadamente para os desafios da prática docente inclusiva. Observou-se também que os cursos de formação continuada oferecidos pela instituição não se mostraram plenamente eficazes, e concluiu-se que os participantes reconhecem suas limitações no que tange à prática pedagógica inclusiva, bem como a relevância da inclusão escolar e da implementação de políticas públicas afirmativas que promovam a equidade educacional.

Andrade *et al* (2022), em seus achados, evidenciam a atuação e a influência de instituições privadas nesse processo, o que contribui para a intensificação da lógica de mercantilização da formação docente, enquanto as universidades aparecem de forma limitada.

Andrade *et al* (2021), analisa a política de formação de professores/as no Brasil, mas com foco no Programa Residência Pedagógica (PRP) na Amazônia, nos trazem em seus resultados que a Região Norte, ainda se mantém historicamente como a que menos recebe financiamento das políticas desenvolvidas no Brasil, pois recebeu um menor número de bolsas.

A investigação de Santos e Barleta (2023), entendeu a carreira docente como um elemento da valorização do magistério e verificou-se que os professores da Educação Especial contemplados nesses planos estão sujeitos às mesmas exigências de formação que os demais docentes da Educação Básica. Contudo, sobre o estudo dos PCCR dos estados da Região Norte, no que concerne ao docente da Educação Especial, alguns pontos devem ser destacados. Apesar de a LDB/1996 prever a formação para o ingresso na carreira na Educação Básica em nível superior, há, ainda, em alguns estados, a possibilidade de ingresso com formação em nível Médio. Sobre a forma de ingresso na carreira, as redes estaduais da região apresentaram avanços, pois todos os estados da Região Norte já realizam ingresso na carreira do magistério por meio de concurso público. Porém, no que se refere aos cargos para os docentes da Educação Especial, os PCCR da Região Norte variam. Também se percebeu a ausência de formação e cargos para a atuação docente na Educação Especial nos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins. Cenário esse que marca certa autonomia dos estados em criarem e estruturarem os seus próprios PCCR. Nesse sentido, o panorama da carreira, com foco nos docentes da Educação Especial na Região Norte, apresenta avanços

do ponto de vista da valorização do magistério, mas ainda existem disparidades nos PCCR em análise.

As políticas de formação de professores da Região Norte - Problematizações

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), ao regulamentar a formação docente nos artigos 61 a 67, estabelece princípios que articulam a formação inicial, a formação continuada e a valorização profissional como pilares para a qualidade educacional. A legislação prevê a exigência de licenciatura plena para o exercício da docência na educação básica, a pós-graduação para a atuação no ensino superior e o direito a planos de carreira, condições de trabalho e remuneração digna. Todavia, quando se observa a realidade da Região Norte, percebe-se que tais dispositivos legais nem sempre se materializam de forma equitativa ou efetiva.

Os resultados do levantamento bibliográfico evidenciam, em primeiro lugar, a escassez de produção científica voltada à formação docente na região: em meio a 212 Instituições de Ensino Superior identificadas, apenas oito trabalhos se enquadraram nos descritores utilizados nas plataformas de buscas elencadas e também no recorte de 2020 a 2025. Sendo que um deles, apesar de a publicação ter sido dentro do recorte, o recorte de estudo do próprio trabalho não era o mesmo. Esse dado sugere que a temática, embora central para a qualidade educacional, não ocupa posição de destaque nas agendas de pesquisa regional, o que limita o desenvolvimento de subsídios teóricos e metodológicos para orientar políticas públicas de um cenário com características tão próprias quanto as da Região Norte.

Outro ponto de tensão refere-se ao ingresso e à carreira docente. Apesar de a LDB ter estabelecido a formação superior como requisito predominante, ainda há estados da Região Norte que permitem o ingresso na educação básica com formação em nível médio, especialmente nos anos iniciais e em áreas específicas. Além disso, a análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) revelou desigualdades significativas: enquanto alguns estados preveem gratificações para a docência em Educação Especial, outros sequer contemplam cargos específicos para essa modalidade. Essa disparidade indica que, mesmo sob a vigência de um marco legal comum, as políticas estaduais têm autonomia e adotam soluções diferentes que nem sempre asseguram valorização e igualdade entre os profissionais.

No campo da diversidade, destacam-se duas problemáticas: a formação de professores indígenas e a preparação para a inclusão escolar. O estudo sobre o Programa Turé, conforme Sfair (2022) evidencia avanços na formação de docentes indígenas, mas aponta também os desafios da interculturalidade e da efetiva participação desses sujeitos na construção de suas

propostas pedagógicas. Já a pesquisa sobre inclusão no ensino superior, de Teixeira *et al* (2021), mostra que a maioria dos docentes não possui formação inicial ou continuada para atuar com estudantes com deficiência, revelando um descompasso entre o marco legal inclusivo e as práticas formativas. Ambos os casos explicitam a urgência de políticas que respeitem as especificidades culturais e sociais da região, sob pena de manter a exclusão educacional.

Também cabe destacar o financiamento desigual destinado à região. A análise sobre o Programa Residência Pedagógica (PRP) demonstra que o Norte recebeu menor número de bolsas em comparação a outras regiões do país, evidenciando um histórico que limita as oportunidades de formação e fragiliza a consolidação de políticas de valorização docente.

Considerações Finais

A partir da pesquisa do tipo Estado do Conhecimento aqui apresentada, constatamos que, apesar de a LDB/1996 estabelecer a formação superior como requisito para a docência, planos de carreira e valorização profissional, a realidade da Região Norte revela desequilíbrios. A produção científica sobre o tema é escassa — apenas oito trabalhos entre 2020 e 2025 — apesar da existência de 212 Instituições de Ensino Superior, revelando que há pouca ênfase atribuída à temática nas agendas de pesquisa da região.

E se observam fragilidades na carreira docente, quando da possibilidade de ingresso com formação em nível médio em alguns estados e quanto à inexistência de cargos específicos para a Educação Especial em outros. A formação de professores indígenas, apesar dos avanços, continua marcada pelos desafios da cultura e da participação efetiva das comunidades. Do mesmo modo, os estudos sobre inclusão revelam insuficiências na preparação docente para atender estudantes com deficiência, evidenciando a distância entre as normativas legais e a realidade da formação.

Em síntese, a formação de professores na Região Norte é atravessada por múltiplas tensões: a distância entre a legislação e a prática, as lacunas na produção científica, as desigualdades na carreira, os desafios da diversidade e inclusão, a influência crescente do setor privado e o crônico subfinanciamento. Esses elementos reforçam a necessidade de políticas educacionais que, ao mesmo tempo, respeitem as particularidades regionais e garantam a universalidade do direito à educação de qualidade, reafirmando a centralidade da docência no projeto democrático de nação.

Referências

- ANDRADE, A. C; COSTA, M. da C. dos S; CABRAL, M. da C. R. Política de Formação de Professores e Professoras no Brasil: O Programa Residência Pedagógica na Região Norte. **REVELLI**, Vol. 13. 2021. Dossiê Políticas de Educação Superior: tendências e perspectivas. ISSN 1984-6576. E-202159. Disponível em: <https://doi.org/10.51913/revelli.v13i0.12236>. Acesso em: 05 set. 2025.
- ANDRADE, A. C; COSTA, M. da C. dos S; FIGUEIRÊDO, A. M; CABRAL, M. da C. R. As interfaces da relação público-privada na Formação de Professores/as: A BNCC e o lugar das universidades na Região Norte do Brasil. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 38, n. 01 e 122805 – 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol38n002022.122805>. Acesso em: 03 ago. 2025.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. 435p.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, 2022. **Contando Ciência na Web**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-norte>. Acesso em: 05 set. 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, N. M. de. **Campo científico, formação de professores e práticas avaliativas: um estudo da/para Região Norte do Brasil**. 2023, 149f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós-graduação (Mestrado) em Educação, Tocantins, 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=REGIÃO+NORTE>. Acesso em: 05 de set. 2025.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.
- MEC. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2025.
- MOROSINI, M.C. FERNANDES, C.M.B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.154-164, jul-dez, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 03 set. 2025.

SFAIR, M. do S. S. **A Formação de Professores Indígenas no Estado do Amapá: um Estudo do TURÉ - Programa de Formação Inicial de Professores Indígenas da Etnia Karipuna do Município de Oiapoque**. 2022, 93.f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – Fortaleza, 2022.

SANTOS, M. M. dos; BARLETA, I. de A. Trabalho, carreira docente e Educação Especial: análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração dos estados da Região Norte do Brasil. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.31, n.118, p. 1-22, jan./mar. 2023, e0233016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003016>. Acesso em: 05 ago. 2025

SCHÖN, D. A. **O profissional reflexivo: por uma nova epistemologia da prática profissional**. Porto Alegre: Artmed, 1987.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, L. O; GUIMARÃES, B. de; PEREIRA, R. P; FACIOLA, R. A. (2021). Inclusão no Ensino Superior: Percepções de docentes de uma universidade pública da região norte do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.16843>. Acesso em: 05 ago. 2025

ZACARIOTTI, M; STEIN, J. Mapeamento das pesquisas e dos programas de pós-graduação em educação no norte do Brasil. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.12, p. 01-22, 2024 Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-331>. Acesso em: 10 ago. 2025